



Violência contra Enfermeiros e a urgência de torná-la também em crime público

Por Pedro Costa, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros – SE

Madrugada de 22 de fevereiro de 2022. Serviço de Urgência da Unidade de Famalicão do Centro Hospitalar do Médio Ave. Uma jovem dá entrada, ferida, acompanhada por um grupo com cerca de 15 a 20 elementos.

Em poucos instantes, e sem que nada o fizesse prever, o grupo que a acompanha, começa a agredir barbaramente o vigilante e os enfermeiros presentes no local, bem como vários doentes que aguardavam observação. No final, abandonam calmamente o serviço de urgência, deixando um rasto destruição, medo e consternação. O serviço de urgência não fechou, manteve-se aberto, atendendo as dezenas de pessoas que aguardavam a sua vez e que se sentiram impotentes ao assistir a um ato cobarde e encoberto pela impunidade.

8 de março de 2023. 19 horas. Serviço de Urgência do Hospital Distrital da Figueira da Foz. Um homem inconsciente dá entrada, acompanhado por um grupo de quatro pessoas. Sem que nada o fizesse prever, começam a agredir violentamente o segurança e o enfermeiro, que se encontravam de serviço. Mais uma vez, e após cometerem todos os atos de violência que tinham em mente, abandonaram o serviço de urgência sem que ninguém os tenha conseguido parar.

Entre estes dois casos passaram 13 meses. No tempo que mediou estas duas agressões registaram-se mais de 1.600 notificações de violência contra profissionais de Saúde, registadas na Plataforma Notifica.

Um terço das situações tratou-se de agressões contra enfermeiros. Números que rapidamente dispararam se começarmos a recuar no tempo durante a última década. 1.632 episódios de violência contra profissionais de saúde em 2022. 961 em 2021. 825 em 2020. Quase sempre o grupo profissional dos enfermeiros é aquele em que figura a maioria dos casos de violência.

Estas situações não acontecem por acaso. Os enfermeiros sempre na linha da frente do Serviço Nacional de Saúde e, sobretudo, daquela que é a sua principal



porta de entrada: o Serviço de Urgência. São eles que acolhem o doente à sua chegada e fazem a primeira triagem em função dos sintomas.

A vivência da alteração da saúde das pessoas é sempre feita em clima de tensão e, na maioria das vezes, com a assunção de uma maior gravidade dos sintomas e da doença do que, na verdade, se verifica.

Em 2022 verificou-se uma média diária de cinco episódios de violência contra profissionais de saúde.

E estes são, apenas, os casos registados na Plataforma Notifica, uma plataforma que, como sabem, é destinado à notificação e gestão de incidentes ocorridos no Serviço Nacional de Saúde, no qual o cidadão ou o profissional de saúde, podem reportar situações relacionadas com a sua segurança ou do doente na prestação de cuidados de saúde.

Quantos outros, pelos mais variados motivos, ficaram por registar? E quantos destes casos foram alvo de participação criminal? Quantas vezes o medo e o receio de retaliação por parte dos agressores ou das suas famílias não compeliram os enfermeiros a não apresentar queixa?

Em fevereiro de 2022 o Sindicato dos Enfermeiros lançou a Petição a exigir o reconhecimento da Enfermagem como **profissão de Alto Risco e de Desgaste Rápido** e a simplificação da concretização da queixa-crime aquando de agressões a profissionais de saúde.

Em **julho de 2022** foi entregue na Assembleia da República a **maior petição** alguma vez realizada **na área da Saúde**, com mais de **31000** assinaturas.

A Enfermagem é, de facto, uma profissão de Alto Risco. Como é de Desgaste Rápido. O próprio Governo português o reconheceu quando, durante os anos de 2020 e 2021, em pleno contexto de pandemia, decidiu instituir a atribuição do subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da doença COVID-19.

É reconhecido por todos o papel central que os enfermeiros desempenharam no controlo da pandemia e na criação e aplicação de uma política de vacinação massiva contra a COVID-19, que veio a poupar milhares de vidas e contribuiu de



forma decisiva para controlar um efeito pandémico que ameaçava destruir a economia portuguesa e principalmente a sua população.

Mais uma vez os enfermeiros disseram presente e avançaram para a linha da frente na prestação de cuidados a todos os portugueses.

Abdicando do seu tempo de descanso, do tempo em família, do cuidar dos seus familiares mais próximos. Com um espírito de altruísmo por todos elogiado.

Mas estamos cansados de palmas à janela, de palmadinhas nas costas e de elogios de oratória.

Queremos ver reconhecida a especificidade da nossa profissão, o desgaste acrescido a que estamos sujeitos diariamente, com turnos sucessivos, 24h por dia a cuidar de todos nós, dias seguidos sem ver as nossas famílias, longe de quem mais amamos e que também precisa do nosso cuidado.

De tudo abdicando para cuidar de pessoas que nos são completamente estranhas, mas as quais tratamos e cuidamos como se fossem o nosso pai, a nossa mãe, o nosso avô, a nossa avó ou os nossos filhos.

A Assembleia da República, e os senhores deputados em particular, têm o dever, diria até a obrigação, de reconhecer por fim o risco e a penosidade inerentes à profissão de enfermeiro.

Tal como têm a obrigação, de rever a legislação e alterar a tipificação das agressões aos enfermeiros.

A tipificação destas agressões como crime público retira dos profissionais de Saúde o ónus de ter de formalizar a denúncia deste tipo de situações.

Só assim estarão a proteger os enfermeiros. Só assim estarão a valorizar o nosso esforço e a nossa dedicação à mais nobre das causas humanas: cuidar do próximo.

Pedro Costa

**Presidente do Sindicato dos Enfermeiros
Assembleia da República, 23 de março de 2023**